



EDITAL

DISPENSA DE VALOR Nº 255/2025 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATURAI - GO, Inscrito no CNPJ Nº 13.733.239/0001-12, com sede na Avenida João Miguel de Lima, nº 02, centro, por intermédio do Departamento de Licitação, torna público que, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos Artigo Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 26/09/2025, ÀS 16:00 HORAS
HORÁRIO DA FASE DE ENVIO DE PROPOSTAS	DAS 09:00 AS 16:00HS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	licitacao@caturai.go.gov.br
LINK DO EDITAL:	http://gestaopublica.caturai.bsit-br.com.br/portal/dispensation-bidding-transparency.jsf?e=

1.0 – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto desta Dispensa Eletrônica contratação de empresa para locação de equipamentos recreativos, para o evento em comemoração ao dia das crianças no setor novo horizonte, a ser realizado no dia 04/10/2025, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

1.2 - Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 – **ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2 – **ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3 – **ANEXO III** – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

2.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Caturai-GO, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

Dotação:

Bloco de Proteção Social Básica (S.C.F.V.) – 08.245.0044.2.051-3.3.90.39.12



3.0 – DO VALOR ESTIMADO:

3.1 - O valor global **MÁXIMO** para contratação será de **R\$ 7.348,24 (sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos)**.

4.0 – PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. A presente **Dispensa de Licitação** ficará **ABERTA PARA ENVIO DE PROPOSTAS POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação, conforme contido no PRESENTE EDITAL, e os respectivos documentos deverão ser enviados juntamente com a proposta de preços.

4.1.1. Habilitação Jurídica e Fiscal:

4.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.1.1.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.1.1.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.1.4. Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

4.1.1.5. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.1.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.1.2. Proposta de Preço/Cotação:

4.1.2.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.1.2.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela desclassificação.

4.1.2.3. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.



5.0 – DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado pelo(a) contratante até o 05 (Cinco) dias úteis do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.

5.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação;

6.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

6.2. O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

6.3. A anulação do procedimento de Dispensa de Licitação, não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Caturai-GO, 17 de setembro de 2025.

Elizabeth Angélica Gouveia Furtado
Agente de Contratação

**DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei
14.133/2021**

TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para locação de equipamentos recreativos, para o evento em comemoração ao dia das crianças no setor novo horizonte, a ser realizado no dia 04/10/2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Das quantidades e valores:

Lote 01 (um):

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CAMA ELÁSTICA MODULAR 4 LONAS 5X11M; COMPOSTA POR ESTRUTURA DE AÇO REFORÇADO, 4 LONAS TRAMADAS DE ALTA RESISTENCIA A IMPACTO COM 120 ARGOLAS EM AÇO 6MM SOLDADAS E GALVANIZADAS CADA UMA; 480 MOLAS EM AÇO TEMPERADO DE 5MM GALVANIZADAS COM 30CM DE COMPRIMENTO RESISTENTE USUARIOS COM ATÉ 100KG; PROTETORES DE MOLAS CONFECCIONADOS COM ESPUMA D33 DE 100M DE ESPESSURA REVESTIDO COM LONA KPL 000 DE ALTA RESISTENCIA; REDES LATERAIS CONFECCIONADAS EM CORDAO 6MM COM MALHA 1 OXIO COM ALTA RESISTENCIA; ESCADA EM AÇO COM DEGRAUS RETANGULARES PARA MELHOR APOIO E SEGURANÇA DOS USUARIOS	UN	01	R\$ 2.125,00	R\$ 2.125,00
2	TABOGA COM CASTELO DE BOLINHAS DESCRIÇÃO: BRINQUEDO INFLAVEL CONFECCIONADO EM LONA SANSUY KP1000 E SYDER; 10M DE COMPRIMENTO, 7M DE LARGURA E 6.3M DE ALTURA; RAMPA COM QUEDA DENTRO DA PISCINA DE BOLINHAS; PORTA DE ACESSO DO LADO DIREITO; PORTA COM FANTASIA INFLAVEL DE GATO; INFIADO	UN	01	R\$ 2.378,90	R\$ 2.378,90

	POR 2 INFLADORES DE 2CV DE POTENCIA, MONOSAFICO; INSTALADO COM 3000 BOLINHAS DE 80MM DE CORES SORTIDAS				
3	TOURO MECANICO 6X6 DESCRIÇÃO: BRINQUEDO COMPOSTO POR AÇO E LONA, MECANICA, E ENGRENAGENS DE ALTA PERFORMANCE; MOTOR DE 3CV DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO INTEGRADO TRIFASICO; FANTASIA REVESTIDA EM ESPUMA D33 5MM; COLCHAO INFLAVEL DE 4X4M COM 70CM DE ESPESURA CONFECCIONADO EM LONA SANSUY KP1000; INFLADOR 2CV MONOFASICO	UN	01	R\$ 1.986,52	R\$ 1.986,52
4	PULA PULA INFANTIL 3,6 M DESCRIÇÃO: ESTRUTURA METALICA CIRCULAR COM 3,6M DE DIAMETRO E 1M DE ALTURA; ESTRUTURA TUBULAR DE 2 POLEGADAS EM CHAPA 3/16 POLEGADAS GALVANIZADAS; LONA TRAMADA DE ALTA RESISTENCIA A IMPACTO COM 120 ARGOLAS EM AÇO 6MM SOLDADAS A GALVANIZADAS; 120 MOLAS DE AÇO 4MM COM 20CM GALVANIZADAS, 8 HASTES TUBULAR 2 POLEGGADAS EM CHAPA 3/16 POLEGADAS DE SUPORTE DE 1,4M REVESTIDAS EM TUBOESPONJOSO ANTI-ATRITO ENCAPADO EM LONA VERMELHA; REDE DE PROTEÇÃO EM CORDAO DE ALTA RESISTENCIA; ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS DE MADEIRA PARA MAIOR APOIO DOS PES E SEGURANÇA AOS USUARIOS; COBERTURA COM ESTRUTURA TUBULAR DE 1,5 POLEGADAS EM CHAPA 3/16, LONA DE COBERTURA IMPERMEAVEL COM GRANDE RESISTENCIA A AÇÃO DE RAIOS SOLARES UV NAS CORES VERMELHO E BRANCO	UN	01	R\$ 464,31	R\$ 464,31
5	PISCINA DE BOLINHA 2X2 DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM PLASTICO REMOLDADO EM FORMATO QUADRADO 2M X 2M; 4 TIRANTES PLASTICOS COLORIDOS PARA SUSTENTAÇÃO DA REDE; COBERTURA COM REDE; 4 PAREDES LATERAIS; 4 POSTES; 4 PLATAFORMAS INTERNAS (1 EM CADA CANTO) QUE FUNCIONAM COMO TRAMPOLINS; ABERTURA NAS PAREDES LATERAIS QUE FUNCIONAM COMO ESCADA TANTO PARA ENTRAR NA PISCINA QUANTO PARA SUBIR NOS TRAMPOLINS (PELA PARTE DE DENTRO); REDE NAS 4 LATERAIS; MONTAGEM TOTALMENTE POR ENCAIXE, SEM NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE NENHUM PARAFUSO, AS PAREDES DE PLASTICO PERMITEM QUE A PISCINA SEJA MOLHADA SEM QUE ISSO A	UN	01	R\$ 393,51	R\$ 393,51

	ESTRAGUE. DIMENSÃO: 200CM X 200CM X 235CM				
VALOR TOTAL: R\$ 7.348,24					

1.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.2 O prazo de vigência da contratação são de 10 (dez) dias contados da emissão de Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.348,24 (sete mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).**

1.4 Justificativa para contratação por lote:

Natureza do objeto

A contratação refere-se à locação de equipamentos recreativos destinados a um único evento (comemoração do Dia das Crianças), que ocorrerá em data específica e em local previamente definido. Todos os itens listados no Termo de Referência (cama elástica, tobogã com castelo de bolinhas, touro mecânico, pula-pula e piscina de bolinhas) serão utilizados de forma simultânea, integrada e complementar, compondo a estrutura de lazer necessária ao bom desenvolvimento da festividade.

Unidade logística e operacional

A execução do objeto exige a logística conjunta de transporte, montagem, manutenção, monitoramento durante o uso, desmontagem e retirada. A fragmentação da contratação por item poderia gerar dificuldades de coordenação, risco de atrasos na montagem e desmontagem, bem como conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos, comprometendo a segurança das crianças e a regularidade do evento.

Padronização e segurança

A gestão unificada do lote garante que todas as estruturas recreativas atendam às normas de segurança e qualidade em conjunto, permitindo que o mesmo fornecedor seja responsável integralmente por eventual manutenção, suporte técnico e correção de falhas durante o evento. Esse aspecto é essencial considerando o público-alvo — crianças —, cuja proteção deve ser priorizada.

Eficiência administrativa e economicidade

A contratação por lote único evita a celebração de múltiplos contratos ou ordens de fornecimento, reduzindo custos administrativos com gestão e fiscalização, além de proporcionar maior responsabilidade concentrada em um único contratado, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Viabilidade de mercado

A pesquisa preliminar demonstrou a existência de fornecedores especializados aptos a disponibilizar o conjunto completo de equipamentos, sem prejuízo à competitividade. Dessa forma, a adoção do critério por lote não restringe indevidamente a participação, mas, ao contrário, reflete a realidade do setor de locação de brinquedos e equipamentos recreativos, no qual é comum a oferta de pacotes integrados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. De acordo com o art.3º, Parágrafo Único e inciso I da Instrução Normativa nº 01/2023 de SEGES, a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares poderão ser dispensados em razão do valor, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei de Licitações.

2.2. A contratação de empresa especializada em locação de equipamentos recreativos justifica-se pela necessidade de oferecer às crianças do Setor Novo Horizonte um evento comemorativo de qualidade, em alusão ao Dia das Crianças, a ser realizado em 04 de outubro de 2025. O evento tem como objetivo promover a integração social, o lazer e a valorização da infância, proporcionando momentos de diversão e convivência comunitária. A utilização de equipamentos recreativos adequados e seguros é fundamental para garantir a atratividade da programação, a segurança dos participantes e o pleno alcance dos objetivos da ação. Considerando que a Administração Pública não dispõe, em seu acervo próprio, de tais equipamentos, a locação junto a empresa especializada mostra-se a solução mais viável, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e legalidade. Dessa forma, a contratação possibilitará a realização de um evento inclusivo, seguro e acessível às crianças da comunidade, cumprindo sua finalidade social e institucional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A aquisição será de acordo com os quantitativos e especificações constantes no item 1.1 deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na locação de equipamentos recreativos destinados ao evento em comemoração ao Dia das Crianças, no Setor Novo Horizonte, a ser realizado no dia 04/10/2025, no período das 09h00 às 12h00. A contratação contempla a disponibilização, montagem, manutenção durante o uso, desmontagem e retirada dos brinquedos, assegurando condições de segurança, durabilidade e pleno funcionamento ao longo de todo o evento.

O ciclo de vida do objeto envolve as seguintes etapas:

- Entrega e montagem dos equipamentos recreativos no local previamente definido;

- Disponibilização e funcionamento durante todo o período do evento, com monitoramento e suporte técnico para garantir a segurança e diversão das crianças;
- Desmontagem e retirada dos equipamentos, devolvendo o espaço em condições adequadas após o término da festividade.

Os equipamentos recreativos a serem locados possuem as seguintes especificações técnicas:

1. Cama Elástica Modular 4 Lonas 5x11m

- Estrutura em aço reforçado;
- 4 lonas tramadas de alta resistência a impacto com 120 argolas em aço 6mm soldadas e galvanizadas cada uma;
- 480 molas em aço temperado de 5mm galvanizadas, 30cm de comprimento, resistentes para usuários de até 100kg;
- Protetores de molas confeccionados com espuma D33 de 100mm de espessura revestidos com lona KPL 000 de alta resistência;
- Redes laterais em cordão 6mm malha 1x1 de alta resistência;
- Escada em aço com degraus retangulares para apoio e segurança dos usuários.

2. Tobogã com Castelo de Bolinhas

- Brinquedo inflável confeccionado em lona Sansuy KP1000 e Syder;
- Dimensões: 10m (comprimento) x 7m (largura) x 6,3m (altura);
- Rampa com queda dentro da piscina de bolinhas;
- Porta de acesso lateral direita com fantasia inflável de gato;
- Inflado por 2 infladores de 2CV de potência, monofásicos;
- Equipado com 3.000 bolinhas de 80mm em cores sortidas.

3. Touro Mecânico 6x6

- Brinquedo composto por aço, lona, mecânica e engrenagens de alta performance;
- Motor de 3CV de alta e baixa rotação integrado trifásico;
- Fantasia revestida em espuma D33 de 5mm;
- Colchão inflável 4x4m, 70cm de espessura, confeccionado em lona Sansuy KP1000;
- Inflador 2CV monofásico.

4. Pula-Pula Infantil 3,6m

- Estrutura metálica circular com 3,6m de diâmetro e 1m de altura;
- Estrutura tubular de 2 polegadas em chapa 3/16 galvanizada;
- Lona tramada de alta resistência a impacto com 120 argolas em aço 6mm soldadas e galvanizadas;
- 120 molas de aço 4mm com 20cm galvanizadas;
- Hastes tubulares de 2 polegadas em chapa 3/16 revestidas em tubos de espuma antiatrito encapados com lona vermelha;

- Rede de proteção em cordão de alta resistência;
- Escada de acesso com degraus de madeira;
- Cobertura em estrutura tubular de 1,5 polegadas em chapa 3/16 com lona impermeável resistente à ação dos raios solares UV, nas cores vermelho e branco.

5. Piscina de Bolinha 2x2m

- Estrutura em plástico remoldado, formato quadrado de 2m x 2m x 2,35m;
- 4 tirantes plásticos coloridos para sustentação da rede;
- Cobertura em rede;
- 4 paredes laterais, 4 postes e 4 plataformas internas (1 em cada canto) que funcionam como trampolins;
- Abertura nas paredes laterais para acesso e escalada interna;
- Rede em todas as laterais;
- Montagem por encaixe, sem necessidade de parafusos;
- Estrutura resistente à água, permitindo uso mesmo em ambientes molhados.

Com esta contratação, garante-se que o evento será realizado de forma segura, divertida e atrativa para as crianças, atendendo aos objetivos da Administração Pública e às expectativas da comunidade.

3.3. A aquisição será por meio de dispensa eletrônica, buscando chegar à proposta mais vantajosa a administração, dentro dos prazos especificados deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Na presente contratação será concedido prazo de 03 (três) dias para recebimento de propostas de fornecedores interessados em fornecer os itens.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não serão aceitos itens em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo da entrega dos itens é de 10 (dez) dias, contados da expedição da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os itens deverão ser entregues no endereço previsto na Ordem de Fornecimento.



5.5. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep/>)/

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da consulta das certidões.

7.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

7.12 **Habilitação Jurídica:**

7.12.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.12.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.12.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.12.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12.5 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;



7.12.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

7.12.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.13 **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

7.13.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

7.13.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.13.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.13.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.13.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.13.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.13.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.13.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.13.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão



ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8. PAGAMENTO (art. 92, V e VI) 8.1. PREÇO

8.1.1. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.2. FORMA DE PAGAMENTO

8.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. PRAZO DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será efetuado após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as



medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, devidamente embalado, peças novas, de qualidade, genuínas;



10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.1.8. Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou serviços de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Bloco de Proteção Social Básica (S.C.F.V.) – 08.245.0044.2.051-3.3.90.39.12

Caturai, 17 de setembro de 2025.

PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR Nº 255/2025

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Objeto: Dispensa eletrônica para contratação de empresa para locação de equipamentos recreativos, para o evento em comemoração ao dia das crianças no setor novo horizonte, a ser realizado no dia 04/10/2025.

PROPOSTA:

Lote 01 (um):

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	CAMA ELÁSTICA MODULAR 4 LONAS 5X11M; COMPOSTA POR ESTRUTURA DE AÇO REFORÇADO, 4 LONAS TRAMADAS DE ALTA RESISTENCIA A IMPACTO COM 120 ARGOLAS EM AÇO 6MM SOLDADAS E GALVANIZADAS CADA UMA; 480 MOLAS EM AÇO TEMPERADO DE 5MM GALVANIZADAS COM 30CM DE COMPRIMENTO RESISTENTE USUARIOS COM ATÉ 100KG; PROTETORES DE MOLAS CONFECCIONADOS COM ESPUMA D33 DE 100M DE ESPESSURA REVESTIDO COM LONA KPL 000 DE ALTA RESISTENCIA; REDES LATERAIS CONFECCIONADAS EM CORDAO 6MM COM MALHA 1 OXIO COM ALTA RESISTENCIA; ESCADA EM AÇO COM DEGRAUS RETANGULARES PARA MELHOR APOIO E SEGURANÇA DOS USUARIOS	UN	01	R\$ 00,00	R\$ 00,00
2	TABOGA COM CASTELO DE BOLINHAS DESCRIÇÃO: BRINQUEDO INFLAVEL CONFECCIONADO EM LONA SANSUY KP1000 E SYDER; 10M DE COMPRIMENTO, 7M DE LARGURA E 6.3M DE ALTURA; RAMPA COM QUEDA DENTRO DA PISCINA DE BOLINHAS; PORTA DE ACESSO DO LADO DIREITO; PORTA COM FANTASIA INFLAVEL DE GATO; INFADO POR 2 INFLADORES DE 2CV DE POTENCIA, MONOSAFICO; INSTALADO COM 3000 BOLINHAS DE 80MM DE CORES SORTIDAS	UN	01	R\$ 00,00	R\$ 00,00
3	TOURO MECANICO 6X6 DESCRIÇÃO: BRINQUEDO COMPOSTO POR AÇO E LONA, MECANICA, E ENGRENAGENS DE ALTA PERFORMANCE; MOTOR DE 3CV DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO INTEGRADO TRIFASICO; FANTASIA REVESTIDA EM ESPUMA D33 5MM; COLCHAO INFLAVEL DE 4X4M COM 70CM DE	UN	01	R\$ 00,00	R\$ 00,00

	ESPESSURA CONFECCIONADO EM LONA SANSUY KP1000; INFLADOR 2CV MONOFASICO				
4	PULA PULA INFANTIL 3,6 M DESCRIÇÃO: ESTRUTURA METALICA CIRCULAR COM 3,6M DE DIAMETRO E 1M DE ALTURA; ESTRUTURA TUBULAR DE 2 POLEGADAS EM CHAPA 3/16 POLEGADAS GALVANIZADAS; LONA TRAMADA DE ALTA RESISTENCIA A IMPACTO COM 120 ARGOLAS EM AÇO 6MM SOLDADAS A GALVANIZADAS; 120 MOLAS DE AÇO 4MM COM 20CM GALVANIZADAS, 8 HASTES TUBULAR 2 POLEGGADAS EM CHAPA 3/16 POLEGADAS DE SUPORTE DE 1,4M REVESTIDAS EM TUBOESPONJOSO ANTI-ATRITO ENCAPADO EM LONA VERMELHA; REDE DE PROTEÇÃO EM CORDAO DE ALTA RESISTENCIA; ESCADA DE ACESSO COM DEGRAUS DE MADEIRA PARA MAIOR APOIO DOS PES E SEGURANÇA AOS USUARIOS; COBERTURA COM ESTRUTURA TUBULAR DE 1,5 POLEGADAS EM CHAPA 3/16, LONA DE COBERTURA IMPERMEAVEL COM GRANDE RESISTENCIA A AÇÃO DE RAIOS SOLARES UV NAS CORES VERMELHO E BRANCO	UN	01	R\$ 00,00	R\$ 00,00
5	PISCINA DE BOLINHA 2X2 DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM PLASTICO REMOLDADO EM FORMATO QUADRADO 2M X 2M; 4 TIRANTES PLASTICOS COLORIDOS PARA SUSTENTAÇÃO DA REDE; COBERTURA COM REDE; 4 PAREDES LATERAIS; 4 POSTES; 4 PLATAFORMAS INTERNAS (1 EM CADA CANTO) QUE FUNCIONAM COMO TRAMPOLINS; ABERTURA NAS PAREDES LATERAIS QUE FUNCIONAM COMO ESCADA TANTO PARA ENTRARNA PSCINA QUANTO PARA SUBIR NOS TRAMPOLINS (PELA PARTE DE DENTRO); REDE NAS 4 LATERAIS; MONTAGEM TOTALMENTE POR ENCAIXE, SEM NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DE NENHUM PARAFUSO, AS PAREDES DE PLASTICO PERMITEM QUE A PISCINA SEJA MOLHADA SEM QUE ISSO A ESTRAGUE. DIMENSÃO: 200CM X 200CM X 235CM	UN	01	R\$ 00,00	R\$ 00,00
VALOR TOTAL: R\$ 00,00					

Valor Global da Proposta: R\$

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros,correrão totalmente por conta da Empresa contratada;



Razão social; -

Nº do CNPJ:

Endereço:

Representante legal:

Contato:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____/GO, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
CONFORME DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL

A empresa _____, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____, de _____, de 2025.

Representante legal

CPF